



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO GRANDE ABC PAULISTA: NOVAS LÓGICAS DE DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Yamauchi

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu | giseleyamauchi@yahoo.com.br

Andréa de Oliveira Tourinho

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu | prof.atourinho@usjt.br

Vitória Sampaio

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu | economia.sampaio@hotmail.com

Letícia Moreira Sígolo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas | leticia.sigolo@puc-campinas.edu.br

Sessão Temática 2: Desenvolvimento regional: políticas, escalas e ações

Resumo: Desde a década de 1990, a Região do Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo, vem passando por grandes transformações relacionadas à globalização, à reestruturação produtiva e aos avanços do ideário neoliberal, que resultaram em novas lógicas de desenvolvimento regional. Lógicas, essas, relacionadas às mudanças de paradigma tecnológico que afetaram as condições da indústria nesse território, nas últimas décadas, comprometendo o futuro industrial da Região. Este artigo analisa os impactos dessas mudanças sob os pontos de vista econômico, social e territorial, enfatizando os desafios e as dificuldades das políticas públicas na proposição de alternativas de redesenvolvimento regional. A problemática da reestruturação produtiva é de ordem global, mas requer esforços locais e regionais por meio de interação conjunta entre os atores sociais, bem como de políticas públicas estratégicas, que contemplem desde os aspectos socioeconômicos, como aqueles relativos à produção do espaço urbano e regional.

Palavras-chave: Declínio econômico; intervenção urbana; governança urbana; planejamento urbano regional; áreas industriais ociosas.

PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE GREATER ABC REGION OF PAULISTA: NEW DEVELOPMENT LOGICS AND PUBLIC POLICY CHALLENGES

Abstract: *Since the 1990s, the Greater ABC Region, in the Metropolitan Region of São Paulo, has been undergoing major transformations related to globalization, productive restructuring and advances in neoliberal ideology, which have resulted in new logics for regional development. These logics are related to changes in technological paradigms that have affected the conditions of industry in this territory in recent decades, compromising the industrial future of the Region. This article analyzes the impacts of these changes from the economic, social and territorial points of view, emphasizing the challenges and difficulties of public policies in proposing alternatives for regional redevelopment. The problem of productive restructuring is of a global nature, but it requires local and regional efforts through joint interaction between social actors, as well as strategic public policies that contemplate socioeconomic aspects, such as those related to the production of urban and regional space.*

Keywords: *Economic decline; urban intervention; urban governance; regional urban planning; idle industrial areas.*

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN EL GRAN ABC PAULISTA: NUEVAS LÓGICAS DE DESARROLLO Y DESAFÍOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumen: *Desde la década de 1990, la Región del Gran ABC, en la Región Metropolitana de São Paulo, viene atravesando importantes transformaciones relacionadas con la globalización, la reestructuración productiva y los avances de la ideología neoliberal, que resultaron en nuevas lógicas de desarrollo regional. Estas lógicas están relacionadas con cambios en el paradigma tecnológico que han afectado las condiciones de la industria en este territorio en las últimas décadas, comprometiendo el futuro industrial de la Región. Este artículo analiza los impactos de estos cambios desde el punto de vista económico, social y territorial, enfatizando los desafíos y dificultades de las políticas públicas para proponer alternativas de redesarrollo regional. El problema de la reestructuración productiva es global, pero requiere esfuerzos locales y regionales a través de la interacción conjunta entre actores sociales, así como políticas públicas estratégicas, que incluyan aspectos socioeconómicos, como los relacionados con la producción del espacio urbano y regional.*

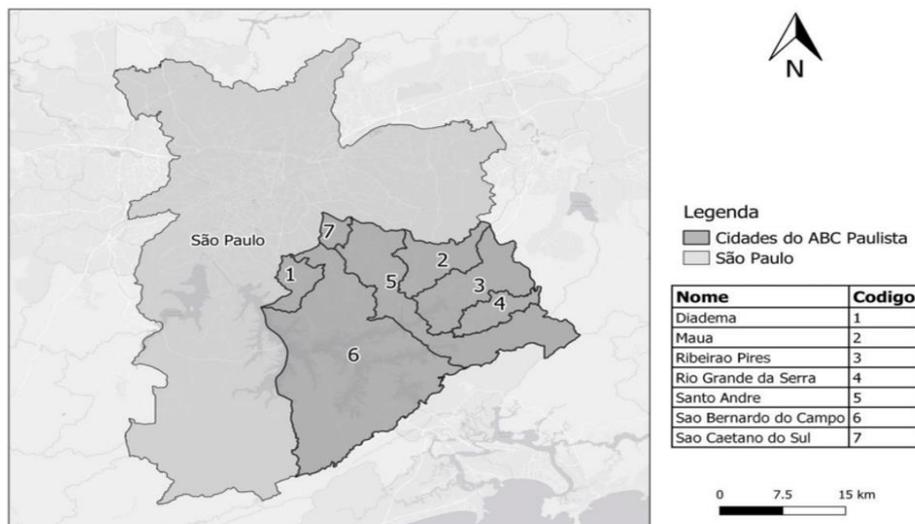
Palabras clave: *Declive económico; intervención urbana; gobernanza urbana; planificación urbana regional; zonas industriales ociosas.*

INTRODUÇÃO

Com a mudança de paradigma tecnológico industrial e a transição da era industrial para a chamada era da informação, muitas cidades no mundo têm sofrido os seus efeitos, sejam econômicos, sociais, ambientais, urbanos, entre outros (Pallagst; Wiechmann; Martinez-Fernandez, 2014), que apresentam similaridades e diferenças dependendo das variáveis espaço e tempo, ou seja, do território impactado e do período de impacto. Entre esses efeitos, está a problemática relacionada às áreas antes industriais. Por um lado, essas áreas podem ficar ociosas por muito tempo, e, sem nenhum tipo de atividade, encontram-se sem função dentro do tecido urbano. Por outro, essas áreas podem receber projetos de intervenção urbana ou serem objeto de intensa atividade do mercado imobiliário, que pouco contribuem para a economia da cidade, a longo prazo. Essas áreas estão presentes em regiões metropolitanas que passaram por processos de reestruturação produtiva, nas décadas mais recentes, como, por exemplo, as cidades de Londres, Nova Iorque, Paris, Tóquio e São Paulo ou, até mesmo, cidades médias.

Desde a década de 1990, a saída ou fechamento de muitas empresas industriais tem se constituído como um grande desafio urbano e regional. Desafio ao qual não escapou a Região do Grande ABC, integrante da Região Metropolitana de São Paulo, tendo sido objeto de várias ações, projetos e empreendimentos protagonizados por diversos atores sociais daquele território. Em conjunto, esses atores empreenderam esforços objetivando enfrentar o processo de reestruturação industrial do território. A Região do Grande ABC é composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Figura 1), que, durante o período de 1955 a 1979, concentrou vários investimentos, principalmente de capital internacional, transformando-se no maior cluster industrial da América Latina.

Figura 1 – A Região do Grande ABC na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Emplasa (2014).

O fenômeno da saída ou fechamento de indústrias é um dos aspectos da chamada reestruturação produtiva, relacionada aos processos de transformação nas empresas e indústrias – podendo levar, inclusive, à decisão de fechamento de uma planta industrial ou à transferência de linhas de produção das empresas para novas localidades pelo mundo. Transformações, essas, caracterizadas pelo avanço de novas tecnologias da terceira e quarta revoluções industrial, pela desregulamentação, pela flexibilização do trabalho e das leis ambientais. Acompanhada dos processos de globalização, da financeirização da economia e dos avanços do ideário neoliberal, essas condições têm desafiado o poder público e a governança urbana e regional. Este artigo analisa as recentes dinâmicas urbanas, resultantes desses processos, sob o ponto de vista econômico, social e territorial. Dinâmicas, essas, que se referem tanto a intervenções urbanas capitaneadas pelo poder público, em parceria com a iniciativa privada, quanto à produção do espaço pelo mercado imobiliário. Verifica-se que, à medida que o processo de reestruturação produtiva se intensifica e as recentes formas de produção do espaço urbano avançam, os antigos problemas relacionados à segregação socioespacial na Região se agigantam e novas emergências urbanas e sociais entram em cena. Verifica-se que as apropriações crescentes do território pelo setor imobiliário, somadas à ausência de uma visão estratégica multiescalar por parte do poder público, se aproveitam do enfraquecimento do Estado e do planejamento estratégico industrial e urbano, potencializando o declínio socioeconômico regional, que compromete o futuro da região.

Para o desenvolvimento desse artigo, foram utilizados os dados coletados nas pesquisas de mestrado realizadas por Yamauchi (2020) e Sampaio (2024) e de doutorado realizada por Yamauchi (2024) entre os anos de 2018 e 2024, que buscaram compreender a problemática das mudanças acima indicadas, especificamente na Região do Grande ABC. Neste artigo, o impacto dessas mudanças são analisadas por meio das recentes dinâmicas urbanas, entendidas aqui como as ações de intervenção urbana e a produção do mercado imobiliário, bem como os aspectos de mobilidade urbana e regional, sob os pontos de vista econômico, social, urbano e ambiental. Entendemos como fundamental a relação entre os novos empreendimentos imobiliários e as redes de mobilidade para a compreensão da lógica das recentes dinâmicas da produção do espaço.

Este artigo utilizou dados primários constantes da Pesquisa Socioeconômica da Região do ABC, realizada pelo Instituto de Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre os anos de 1989 e 2020, que serve como base para o Ministério do Trabalho e Emprego. Além desses dados, foi realizado o levantamento bibliográfico dos resultados das pesquisas de autores que se debruçaram sobre a temática em questão, dentre esses, Conceição (2006), Klink (2001; 2011), Moro Júnior (2007), Sakata (2009), Ferreira (2013), Oliveira (2015), Teixeira (2010), Yamauchi (2020), Yamauchi e Tourinho (2023). As análises por nós realizadas foram concebidas sob o enfoque do desenvolvimento sustentável de Campbell (1996), e, quanto à questão urbana, utilizou-se de autores como Souza (2016) e Sotto et al. (2019), entre outros, abordando, assim, as divergências entre discurso e ação nos vértices do planejamento urbano, quais sejam: a) crescimento econômico e; b) desenvolvimento socioeconômico.

Essa abordagem metodológica contribui para a análise crítica proposta, no sentido de, por um lado, verificar a realidade da reestruturação produtiva na Região do Grande ABC, por outro, compreender os seus impactos, econômicos, sociais e territoriais. Para tanto, são analisados alguns casos emblemáticos de recentes transformações urbanas nesse território, tratados na literatura especializada, e que neste artigo são examinados sob a ótica específica da falta de uma visão estratégica no que se refere à mobilidade urbana e regional, bem como nos planos diretores municipais e regional.

O artigo se desenvolve em quatro partes: a primeira aborda o conceito de mobilidade urbana em tempos de mudanças da era industrial para a chamada era da informação; a segunda analisa os esforços empreendidos pelo setor público para o enfrentamento do problema; na terceira parte aborda-se o impacto do declínio industrial da Região e das recentes dinâmicas urbanas na piora das condições de vida; e, por fim, nas considerações finais, são indicadas algumas perspectivas para o enfrentamento da problemática analisada.

A MOBILIDADE URBANA EM TEMPOS DE MUDANÇAS

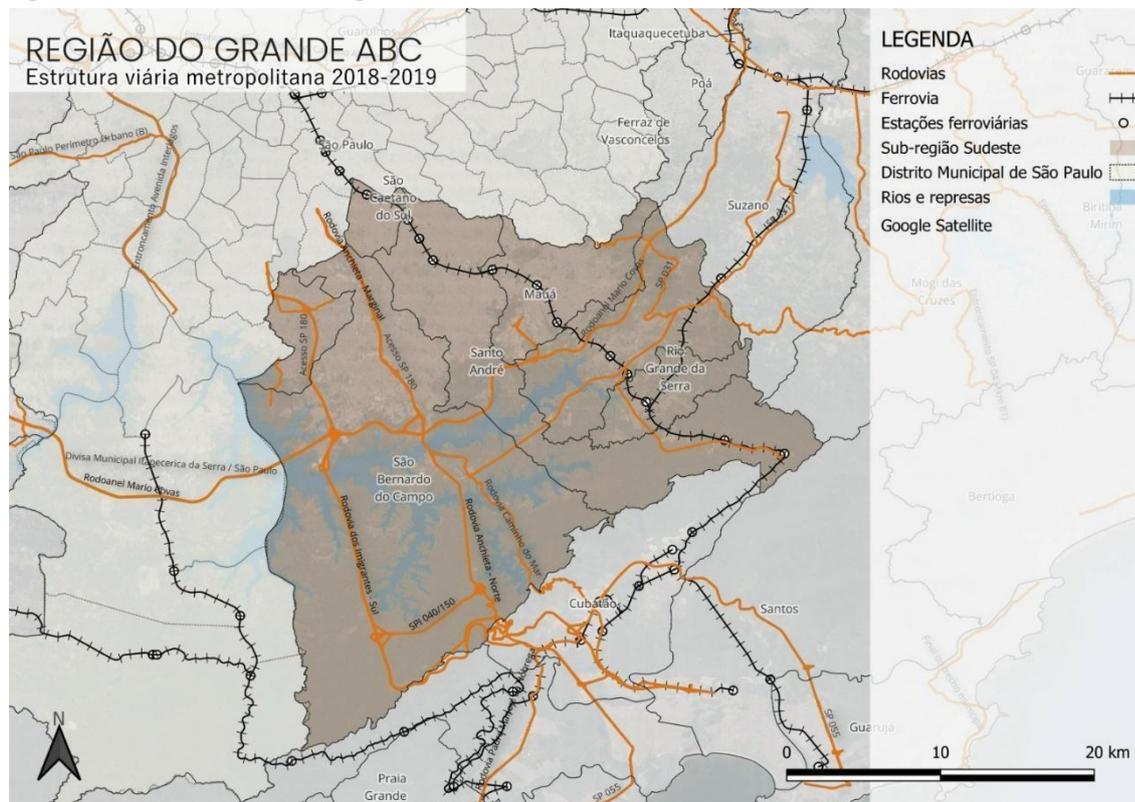
A mobilidade urbana está atrelada ao uso do solo, pois a forma como o solo urbano é ocupado e organizado gera impactos diretos nas condições e padrões de produção, de deslocamento e de acessibilidade de uma cidade (Harvey, 2005). Ainda, segundo Harvey (2005), a mobilidade urbana também contribui com o chamado ajuste espacial, pois contribui com o papel de circulação de insumos, mercadorias e pessoas, cooperando com o processo de produção econômica na cidade. O planejamento urbano define como as diferentes áreas de uma cidade serão organizadas, sendo classificadas, do ponto de vista do uso, como residenciais, comerciais, industriais e de lazer, entre outros. Estes, por sua vez, influenciam diretamente a forma como as pessoas se deslocam e acessam as distintas parcelas do espaço urbano. Vasconcellos (2013) acrescenta que: “a ação do estado por meio das políticas públicas é altamente influenciada pelos sistemas econômicos e políticos”. Nesta condição, ele destaca três importantes políticas, a saber: uso do solo industrial, comercial e residencial, e ressalta ainda que a formulação destas políticas sofre fortes influências do setor privado.

Historicamente, o crescimento industrial do Grande ABC levou a um aumento expressivo da população e, conseqüentemente, uma demanda cada vez maior por infraestrutura de transporte. No entanto, a mobilidade no contexto urbano e regional enfrenta desafios que vão desde a saturação das vias até a necessidade de integração entre diferentes modos de transporte. Nesta condição, a mobilidade está associada à organização do território e à sustentabilidade urbana. Para Zioni (2014), a mobilidade urbana está inerentemente associada ao processo de urbanização, ganhando centralidade frente às transformações da metrópole relacionadas ao intenso e acelerado fluxo de pessoas, informações, bens e serviços atraídos por (e para) ela.

No âmbito urbano, os problemas relacionados à infraestrutura se fazem presentes desde o início da industrialização, que conformou as grandes cidades e regiões industriais, como é o caso do Grande ABC, mesmo com os grandes investimentos públicos e privados que foram drenados para

a Região durante o período de consolidação do seu importante parque industrial, e foram destinados principalmente a obras de infraestruturas, abertura e ampliação de vias, entre outros. A principal matriz de transporte adotada no Grande ABC é a rodoviária, estruturada a partir de eixos de ligação estratégicos, sendo eles a Rodovia Anchieta que em partes complementa e em outras substitui a ferrovia, que também já foi um grande eixo de articulação do desenvolvimento industrial da Região, além das importantes vias como a Rodovia Imigrantes e Rodoanel Mario Covas, que e desempenham um papel importante para a Região, conforme Sígolo (2014). A Figura 2 ilustra a estrutura viária existente no Grande ABC na atualidade.

Figura 1 – A estrutura viária da Região do Grande ABC entre os anos de 2018 e 2019



Fonte: Sampaio (2024, p. 47).

No âmbito regional, é possível evidenciar diversas alterações na infraestrutura viária dos municípios. Estas alterações vão desde os investimentos em recapamentos de vias até a construção de complexos viários que visam proporcionar maior fluidez do tráfego na região. A região tem se beneficiado de diversas iniciativas do Governo Federal.. Em relação aos investimentos em infraestrutura viária, o Programa Asfalto Novo — um pacote de intervenções que inclui a pavimentação de vias e outras melhorias, implementado pelo Governo Federal e adotado pelos municípios do Grande ABC e outras regiões do estado, incluindo a capital. No entanto, o cenário da mobilidade urbana no Grande ABC continua sendo bastante desafiador.

Dentre as intervenções em curso, citamos o Complexo Viário Santa Teresinha em Santo André, a obra conta com investimentos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e terá um custo de R\$ 146 milhões (Prefeitura de Santo André, 2022). Ainda de acordo com a prefeitura de Santo

André, a construção do Complexo Viário “em andamento” beneficiará também os municípios vizinhos como São Paulo, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Mauá, reduzindo o tempo de viagem entre eles. Contudo, é evidente que este tipo de intervenção beneficia diretamente ao mercado imobiliário, que inclusive está em ascensão na região.

Buscando otimizar os problemas relacionados à mobilidade, o município de São Bernardo do Campo também está promovendo intervenções urbanas no seu viário, através da construção de dois novos viadutos no corredor ABD (obras em andamento). O projeto contempla o alargamento de pistas, tendo em vista descongestionar o trânsito que se acumula na região da Paulicéia. Dentro do conjunto de intervenções em andamento no Grande ABC, citamos também a implantação do BRT-ABC (Bus Rapid Transit) que interligará a região à Capital. O sistema terá início no centro de São Bernardo do Campo, passando também pelos municípios de Santo André e São Caetano do Sul.

Recentemente, também foi anunciada a construção de viadutos estaiados em alguns municípios como é o caso de Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo e Diadema. Nas duas últimas cidades citadas, o viaduto (em construção) no Corredor ABD, que se chamará Viaduto Estaiado Robert Kennedy, e ará a conexão da Avenida Piraporinha (Diadema) com a Avenida Robert Kennedy (São Bernardo do Campo) e o viário em construção na Marginal do Ribeirão dos Couros e outras alças de acessos, conforme mencionado no Diário do Transporte em setembro de 2021. No caso do município de Ribeirão Pires, o Viaduto Estaiado conectará os bairros do Centro Alto e Centro, o viário terá início na Avenida Prefeito Valdério Prisco, na altura do Complexo Ayrton Senna, e contará com alças de acesso na interligação com a Rua Capitão José Gallo, até a Avenida Humberto de Campos (Prefeitura de Ribeirão Pires, 2023).

Diante do exposto, é possível evidenciar que cada vez mais as ações de intervenções urbanas voltadas à mobilidade estão muito bem direcionadas ao transporte individual motorizado. Neste sentido, nota-se a complexidade do tema, uma vez que o número de habitantes na Região segue crescendo, e este cenário demanda a ampliação da infraestrutura de mobilidade e de sua capacidade de suporte para os também crescentes deslocamentos diários. Nesta conjuntura, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (2013 p. 64-100) indica, a partir dos eixos prioritários, os tipos de intervenções e municípios envolvidos nestas ações. As ações propostas pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC - CIGABC (CIGABC, 2013) contemplam desde a construção de vários novos até a melhoria e ampliação de vias existentes. Desta maneira, é possível observar que as obras em curso voltam-se aos eixos de mobilidade que incentivam, de forma mais direta, o transporte particular e individual que o transporte público coletivo. E, também, acabam se orientando pelos interesses do setor imobiliário e de consumo, ao consolidar novas frentes de expansão imobiliária, voltadas, em grande medida à implantação de grandes empreendimentos residenciais. Deste modo, Rufino (2020, p. 79-80) afirma que:

Na intensificação da produção desses espaços nas bordas da metrópole, de ocupação originalmente difusa, as estruturas de mobilidade, restritas em muitos casos a grandes rodovias, são o elemento central da racionalidade de expansão fragmentada e privada, viabilizada sob a forma de grandes

condomínios. Essa significativa produção de habitação econômica trará importantes implicações territoriais, inserindo no mapa da produção imobiliária metropolitana territórios cruzados por importantes infraestruturas, mas até então pouco incluídos na produção da habitação para o mercado.

Deste modo, entende-se que alargar vias e construir complexos viários não é a exata solução para resolver os problemas de mobilidade urbana. Neste contexto, Vasconcellos (2013) defende que é necessário promover mudanças inclusivas e reais capazes de gerar impactos de longa duração e que criem condições adequadas e seguras de mobilidade para todos.

A problemática da mobilidade do Grande ABC pode ser expressa pelo índice de imobilidade urbana - indicador que mede o número de pessoas que não realizam viagens diárias ou que não possuem acesso a meios de transporte (Sampaio, 2024). Este indicador ainda é alto no Grande ABC, com o valor de 28,3% em média para as 7 cidades, sendo os índices municipais: Rio Grande da Serra, 32,8%; Ribeirão Pires, 30,8%; São Bernardo do Campo, 29,3%; Mauá, 29,1%; Diadema, 28,5%; Santo André, 26,9% e São Caetano do Sul, 22,9%. Esses números são fruto e reflexo da combinação entre a periferização regional e a hierarquia dos municípios, que, somadas à priorização ao veículo individual, vem se refletindo na perda do número de viagens por transporte coletivo dentro da Região. Além disso, a falta de investimento em infraestrutura que contribua para a circulação de pessoas, insumos e mercadorias estrangula a economia e produz vários efeitos sociais dentro da Região (CIGABC, 2012; Sampaio, 2024).

Diante de uma nova onda de fechamento de fábricas na Região do Grande ABC, em 18 de maio de 2022, durante o evento "O futuro da Indústria do ABC", promovido pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, ocorria a mesa de debate com a participação de empresários industriais e das secretarias de desenvolvimento econômico, em que se discutiu o abandono das obras de infraestrutura de apoio à atividade fabril. Os empresários industriais novamente pleitearam que as prefeituras priorizassem ações para a melhora dos fluxos de entrada e saída de seus caminhões (Yamauchi, 2024). Pleito, esse, que nunca foi atendido, observando-se a falta de infraestrutura que atenda adequadamente à movimentação de insumos e mercadorias nas referidas vias, tais como a falta de manutenção asfáltica ou de um simples alargamento do leito viário.

Neste sentido, a (i) mobilidade regional apresenta um caráter emergencial que as autoridades municipais precisam tratar em conjunto. Considerando a importância da Região do Grande ABC na economia nacional, coloca-se a necessidade de se discutir novos paradigmas para a mobilidade urbana na Região, fundamental para auxiliar a produção na e da cidade, bem como para a melhoria do sistema de transporte coletivo de média e alta capacidade, incluindo a transição energética de sua frota para uma energia limpa e renovável, na perspectiva de um desenvolvimento econômico e urbano sustentável.

EMPREENDENDO ESFORÇOS PARA O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

Desde a década de 1990, a reestruturação produtiva e seus impactos sociais, econômicos e ambientais levaram a uma série de reflexões por parte de diversos atores regionais. Objetivando resolver os problemas locais, de matriz comum, esses atores criaram fóruns de debate e lançaram na Região uma inovadora maneira de articulação regional no Brasil por meio da criação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e da Câmara Regional do Grande ABC durante a década de 1990 (Klink, 2001; Conceição, 2006).

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC foi criado em 19 de dezembro de 1990, sendo constituído como uma associação civil de direito privado para atuar como órgão articulador de políticas públicas setoriais, e composto apenas pelos sete municípios que integram a Região do Grande ABC. O seu objetivo era o planejamento, a articulação e a definição de ações de caráter ambiental, de desenvolvimento econômico e social regional.

Conceição (2006) afirma que os atores sociais da Região tiveram um papel destacado para o avanço do conhecimento sobre “governance local” durante a década de 1990, cuja atuação envolveu a criação de grupos de trabalho com representantes de todos os setores. Isso permitiu com que os atores cooperassem e articulassem a partir de objetivos comuns em especial entre os anos de 1997 e 2000, que foi um período de efervescência.

Em 1997, foi realizado o evento Seminário Internacional pelo Consórcio Intermunicipal e a Câmara Regional, que objetivava discutir saídas diante da problemática das áreas industriais ociosas da Região do Grande ABC, com a presença de pesquisadores de importância nacional e internacional. Após essas discussões, nasceu, em Santo André, o projeto de intervenção urbana “Eixo Tamanduatehy”, que tinha como objetivo requalificar os espaços anteriormente ocupados pelas indústrias fordistas, transformando os antigos galpões em áreas comerciais, shoppings, igrejas, universidades, entre outros (Sakata, 2009). No projeto, constavam intervenções no âmbito econômico, como a criação de um parque tecnológico, bem como social, como a ampliação dos espaços públicos (Moro Júnior, 2007).

O projeto Eixo Tamanduatehy sofreu reveses, ficou refém do ciclo eleitoral, dos interesses financeiros e das empreiteiras no controle das propostas executadas. Moro Júnior (2007) afirma que, a pedido do setor privado, muitas de suas solicitações foram incorporadas ao planejamento público, conduzindo as ações, predominantemente, para as lógicas do mercado. Em consequência, assistiu-se à alteração do perfil de moradores e trabalhadores locais, levando, assim, a um processo de “gentrificação”. Apenas em sua segunda fase, os pleitos de construção de habitações de interesse social dos movimentos sociais foram atendidos (Teixeira, 2010; Klink, 2011).

Após o evento, em 1998, houve a criação da Agência do Desenvolvimento Econômico, cujo objetivo consistia em articular e discutir questões, problemas e soluções em prol do desenvolvimento econômico, principalmente construir e articular planos e ações diante da problemática colocada pela reestruturação produtiva. Entretanto, as mortes de duas lideranças importantíssimas nas

instâncias estadual e regional, o ex-governador Mário Covas, em 2001, e o ex-Prefeito de Santo André e líder regional Celso Daniel, em 2002, contribuíram significativamente para o início do enfraquecimento da articulação entre os atores sociais da Região, limitando a atuação dos grupos de trabalho à esfera do Consórcio Intermunicipal.

A discussão sobre a perda da centralidade industrial da Região do Grande ABC, expressa na diminuição de sua competitividade global, é essencial para compreender todos os impactos sobre o seu território. O fechamento de fábricas e de transferência de linhas de produção, e, principalmente, a fragmentação industrial, vem conduzindo a uma drástica mudança no perfil de empregos na Região. Trabalhadores que antes tinham o perfil, majoritariamente, industrial, ao longo dos anos entre 1990 e 2020, foi migrando para o setor de serviços (Yamauchi, 2020; Yamauchi; Tourinho, 2023). Assim, a reestruturação produtiva mostrou-se particularmente dramática para os trabalhadores, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Mudança no perfil de empregos formais nas cidades da Região do Grande ABC de 1989 até 2020

Ano	Min. Extrat.	Indústria	Serv. Util. Púb[1]	Construção	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Outros [2]	Total
1989	494	363.333	621	13.608	62.913	120.613	26.596	550	588.728
1994	196	273.781	2.673	14.133	61.131	115.309	31.894	3.954	503.071
1999	70	187.759	2.872	11.299	67.266	171.827	34.559	2.796	478.448
2003	73	194.466	2.368	15.255	83.585	221.108	38.486	117	555.458
2008	178	255.452	4.503	30.594	123.616	276.361	42.595	167	733.466
2011	62	264.827	4.946	40.420	140.539	309.572	49.286	318	809.970
2015	8	213.517	4.781	37.734	146.555	331.212	50.825	385	785.017
2018	2	180.394	3.539	31.175	142.210	329.499	49.245	312	736.376
2020	0	176.561	3.476	30.709	143.431	324.141	46.227	272	724.817

[1] incluindo as atividades de geração e distribuição de energia, fornecimento de gás, água, esgoto e gestão de resíduos, serviços ambientais [2] incluindo agricultura, extração, caça e pesca.

Elaborado pelas autoras com base na RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pela Tabela 1, nota-se a perda de empregos industriais – à exceção dos anos entre 2003 e 2011, quando o ambiente empresarial e produtivo estava aquecido -, para o setor de serviços. A Região também vem testemunhando a informalização e a precarização do mercado de trabalho, que chegou a atingir 30,8% em 2013, bem como outros efeitos colaterais da saída de empresas e de transferência de linhas de produção, que tem impactado a Região. A diminuição das arrecadações fiscais e da qualidade de vida das pessoas foram alguns dos impactos perversos causados pela saída das empresas da região (INPES/USCS, 2018).

Entre os anos de 2002 e 2019, não houve discussões sobre planejamento, articulações, ações e acompanhamento das áreas industriais ociosas e dos projetos de intervenção urbana na Região do Grande ABC. Esse arrefecimento nas tratativas dessa problemática levou à lógica neoliberal da utilização das áreas industriais ociosas na cidade de Santo André, cuja ocupação se centrou nos usos relacionados ao mercado de consumo e à produção imobiliária, espalhando-se para outras cidades da Região (Tourinho; Yamauchi, 2018). Se, por um lado, entre os anos de 2010 e 2020, havia o Consórcio com o foco na articulação, no planejamento, na execução e no desenvolvimento do Segundo Planejamento Regional Estratégico, por outro lado, nem o Plano Diretor Regional

2016 e tampouco os planos diretores urbanos municipais contemplaram as questões relacionadas à destinação das antigas áreas industriais, frutos da reestruturação produtiva no Grande ABC. Ainda que, desde 2020, o Consórcio venha tentando redirecionar a sua atuação, buscando valorizar as parcerias entre os atores que o integram, os municípios da Região ainda não conseguiram escapar da lógica neoliberal acima mencionada, conforme pode ser visto no Quadro 1:

Quadro 1 – Novos empreendimentos em áreas antes industriais nas cidades da Região do Grande ABC, após o Projeto Eixo Tamanduatehy, 1997-2022

Cidade	O que era antes da Intervenção Urbana	Depois da Intervenção Urbana	Lógica da Intervenção Urbana	Implicações Locais
Santo André	Áreas Industriais Ociosas ao longo do Eixo Tamanduatehy	Projeto Eixo Tamanduatehy (1998-2006) Centros comerciais, shopping center, universidade, igrejas, estacionamentos e conjuntos habitacionais O projeto não foi concluído.	Mercado de consumo; mercado imobiliário, com contrapartida de obras sociais, pontuais, fora do Eixo. Projetos habitacionais sociais foram incorporados na 2ª fase do projeto. Ainda há áreas industriais ociosas à espera de solução	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos nas áreas de comércio e serviços Perda de empregos industriais e de tecnologia
São Bernardo do Campo	Antigas Empresas Brasmotor, Dodge Fargo, Brastemp	Supermercado BIG (2019) e SBC Plaza Shopping (2012)	Mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
	Antiga Empresa Equipamentos Villares	Supermercado Carrefour (1997)	Mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
	Antigo Empresa Tecelagem Tognato S/A	Condomínio Residencial e <i>Business Domo</i> (2007-2019)	Mercado imobiliário, com obra de integração social de lazer “Parque das Bicicletas” (2019)	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para construção de novas moradias de mercado
	Antiga Ford Motor Company	Vendida para a Construtora São José (2020), que revendeu à Prologis de Fundos de Investimentos Imobiliários (2024)	Construção de galpões logísticos no local	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos nas áreas de comércio e serviços
	Toyota do Brasil	A empresa anunciou em 2022 que encerrará as atividades em São Bernardo do Campo em dezembro de 2023	<u>Parte da área vendida para a Tubos Ypiranga (2023)</u> . Na outra parte não há informações do que irão fazer no local	<u>Manutenção parcial de empregos industriais</u> Perda de empregos industriais e de tecnologia
São Caetano do Sul	Antigo terreno da empresa Cerâmica São Caetano	Park Shopping São Caetano do Sul (2011)	Voltada à lógica do mercado de consumo, ao mercado imobiliário e business e saúde	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos nas áreas de comércio e serviços e construção de moradias de mercado
	Empresa Pan Chocolates Brinquedos Gulliver	MPSP Solicitou falência da empresa (2022) Entrou em recuperação judicial em 2017	<u>Feito leilão e arrematada pela Empresa Cacau Show (2023)</u> Área colocada em leilão – comprador a ser conhecido (2023)	<u>Manutenção de empregos industriais não confirmada</u> Perda de empregos industriais e de tecnologia

Diadema	Antiga Empresa IFER	Espólio leilado e ganho por um grupo financeiro (2019)	Sem informações do que irão fazer no local	Perda de empregos industriais e de tecnologia
	Antiga Empresa TERBRAZ	Vendido para uma construtora (2019)	A construtora já deu entrada na Prefeitura para a Construção de Unidades Habitacionais	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para construção de novas moradias de mercado
	Antiga Empresa Freudenberg	Área industrial à venda (2021)	Sem informações do que irão fazer no local	Perda de empregos industriais e de tecnologia
Mauá	Antigo terreno da empresa Porcelana Schimidt	Parte do terreno é ocupado pelo Supermercado Roldão, uma parte se transformou num estacionamento de caminhões e a outra parte segue ainda sem ocupação (2019-2020)	Voltada à lógica do mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
	Antigo Empresa Philips	Futuras instalações da Copafer (em obras)	Voltada à lógica do mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
	Antiga Empresa Fundação Tupy	Encerrou suas atividades em 30/09/2022	Sem informações sobre venda ou o que irão fazer no local	Sem informações sobre o futuro da área
Ribeirão Pires	Antiga Empresa Tecmafrig Máquinas e Equipamentos S/A	Supermercado Atacadista Assaí (2012)	Voltada à lógica do mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
	Antiga Empresa Ugimag do Brasil	Futuras instalações do Supermercado Atacadista Atacadão (2020)	Voltada à lógica do mercado de consumo	Perda de empregos industriais e de tecnologia produtiva para novos empregos na área de comércio
Rio Grande da Serra	Ainda sem exemplos.			

Adaptado pelas autoras com base em Yamauchi e Tourinho (2023, p. 11-12).

Pelo Quadro 1 nota-se a predominância de empreendimentos voltados para a lógica do mercado de consumo e da produção imobiliária, o que ocorre devido à alteração de zoneamento de áreas de uso predominantemente industrial para áreas de uso misto, em prol da viabilização de grandes empreendimentos imobiliários. Essas mudanças ocorreram sem qualquer diretriz para alterações detalhadas nos planos diretores das cidades, principal instrumento da política urbana do município (Moro Júnior, 2007; Sakata, 2009; Ferreira, 2013; Oliveira, 2015; Teixeira, 2010; Yamauchi; Tourinho, 2023).

Ressalta-se que há limites de renda por parte dos trabalhadores e das famílias em relação ao consumo e à compra de imóveis, cuja aprovação de financiamento depende da análise de crédito e da política de financiamento da habitação. Além disso, os benefícios agregados (quando há convênio médico e odontológico, entre outros) e salários dos setores de comércio e serviços são menores do que aqueles praticados na indústria, o que vem contribuindo para a redução do

rendimento médio dos trabalhadores na Região. Ainda no Quadro 1, observa-se, também, a existência de áreas industriais ociosas, que ainda estão à espera de soluções, não havendo informações de que tipo de atividade econômica haverá nessas áreas. Ressalta-se o esforço de manter as indústrias locais por meio dos exemplos da venda de parte da área da antiga Toyota do Brasil para a empresa Tubos Ypiranga e do leilão da antiga Chocolates Pan arrematada pela empresa de chocolates Cacau Show. Todavia, existem muitas pequenas e médias áreas industriais ociosas.

Em muitos casos, a ociosidade resultou na deterioração de suas construções. A equação dessa problemática é difícil, devido, sobretudo, aos seguintes aspectos: a) a falta de interessados em comprar ou alugar esses galpões industriais devido a fatores como o custo da mão de obra, o valor dos imóveis e problemas de tráfego; b) o fato dessas áreas apresentarem problemas jurídicos (fiscais, trabalhistas ou empresariais), ficando, por anos, interditadas e deixando de cumprir a sua função social (Conceição, 2006); c) a inadequação e a falta de aprofundamento da problemática nos planos diretores municipais e no plano diretor regional em relação ao contexto da reestruturação produtiva (Yamauchi; Tourinho, 2023) e; d) a falta de uma discussão multiescalar acompanhada da falta de um projeto de país e de uma política industrial robusta na esteira do avanço da agenda neoliberal.

Segundo Yamauchi e Tourinho (2023), os diagnósticos previstos e levantados nos planos diretores municipais da Região e regional, nos últimos anos, no contexto da reestruturação produtiva, são parciais. Embora nesses planos estejam previstos artigos que vinculem os instrumentos de políticas urbanas à questão da função social das áreas ociosas, não há qualquer detalhamento na definição dos fundos urbanos municipais existentes. Além disso, Yamauchi e Tourinho (2023) mostram que esses problemas, somados às políticas de redução do Estado, e à participação do mercado nos projetos de intervenção urbana realizados na Região (Quadro 1), que se seguiram entre os anos de 1997 e 2020, exploraram as brechas que se abriam com as políticas neoliberais e as fragilidades da falta de alinhamento multiescalar e entre os diversos atores (empresários, sindicatos, instituições regionais, entre outros) envolvidos na problemática. Ademais, a ausência de clareza e desatualização dos planos diretores municipais e regionais é um retrato da falta de integração entre os atores sociais, mas também a certeza do atendimento aos interesses do mercado, a ponto de comprometer a produção da riqueza industrial e a empregabilidade no futuro. Pelo fato de não contemplarem a problemática de forma aprofundada – havendo, por exemplo, apenas menções genéricas, sem indicação de como e por meio de quais secretarias municipais as ações seriam executadas -, acabam não servindo como base para esboçar políticas urbanas e novas leis específicas de estratégias econômica, social e, principalmente, territorial, para a concepção de projetos de intervenção urbana nas sete cidades da Região do Grande ABC. Por fim, tampouco promovem condições precisas para que uma gestão tenha condições de criar novas leis e pacotes de estímulo ou incentivos à indústria nas cidades com áreas industriais ociosas.

Isso demonstra que os planos diretores necessitam de revisão com urgência, devendo incluir os impactos da reestruturação produtiva, contemplando um conjunto de procedimentos em relação

aos desdobramentos dos seus efeitos nos sete municípios e na Região. Essa falta de clareza nos planos diretores municipais, de carência de informações e transparência “do quê”, “quem” e “como fazer”, bem como a falta de conhecimento sobre as realidades do problema regional reforçam velhos e produzem novos problemas. Como consequência da correlação de forças, o mercado, com o seu projeto neoliberal urbano, tem saído vencedor, tornando a situação insustentável na Região, como se verá adiante.

O ENCOLHIMENTO ECONÔMICO E DESVENTURAS SOCIAIS

Anteriormente constatou-se que os efeitos da reestruturação produtiva, aliados à falta de clareza nos planos diretores e ao favorecimento ao mercado de consumo e imobiliário, têm colocado desafios, no presente e no futuro da Região do Grande ABC. Abordaremos, a seguir, a questão da insustentabilidade gerada nos campos econômico e social na Região do Grande ABC, que apresentam grande peso e podem ser determinantes para que as famílias optem por permanecer ou por deixar uma determinada localidade. Conforme já mencionamos, a perda dos estabelecimentos industriais tem afetado a capacidade de produção e de geração de riqueza, bem como o produto interno bruto (PIB) dos municípios da Região do Grande ABC, conforme se verifica na Tabela 2.

Tabela 2 – Participação do PIB dos Municípios do Grande ABC no PIB do Estado de São Paulo, de 2002 a 2020

City	Participação do PIB Municipal e Regional do Estado de São Paulo						
	2002	2010	2014	2016	2018	2019	2020
São Bernardo do Campo	2,95%	3,29%	2,56%	2,12%	2,29%	2,17%	2,04%
Santo André	1,64%	1,48%	1,51%	1,32%	1,31%	1,29%	1,24%
São Caetano do Sul	1,22%	0,94%	0,87%	0,64%	0,61%	0,58%	0,59%
Mauá	0,75%	0,72%	0,61%	0,71%	0,69%	0,69%	0,63%
Diadema	0,84%	0,83%	0,75%	0,66%	0,66%	0,65%	0,72%
Ribeirão Pires	0,14%	0,14%	0,14%	0,15%	0,14%	0,13%	0,14%
Rio Grande da Serra	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%
Total do Gde ABC no PIB do ESP	7,56%	7,43%	6,47%	5,62%	5,73%	5,56%	5,40%

Elaborado pelo autor com base em dados divulgados pela Fundação SEADE entre os anos de 2002-2018 e pelo IBGE nos anos de 2019 e 2020.

Mesmo com o cenário de crescimento econômico criado pelas positivas condições internacionais entre os anos de 2003 e 2008, e nacionais entre os anos de 2003 e 2011, o PIB regional do Grande ABC vem decrescendo entre os anos de 2002 e 2020. Entretanto, há dois pontos de destaque nessa pequena série: o primeiro, trata-se do crescimento do PIB de São Bernardo do Campo em 2010, quando foram desenhadas as condições extremamente favoráveis ao setor automotivo pelo governo nacional e; o segundo ponto é o crescimento do PIB de Mauá no ano de 2016, após a inauguração do trecho leste do rodoanel em 2016 – o que conectou o polo industrial do Sertãozinho com as principais rodovias do estado de São Paulo.

A saída e o fechamento dos estabelecimentos industriais, bem como a transferência da linhas de produção, implicam na perda da tecnologia produzida em um determinado lugar. Yamauchi, Reis

e Tourinho (2023) apontaram a centralidade do comércio internacional da Região do Grande ABC em produtos de média tecnologia das indústrias automotiva e química, justamente os setores que passam pela maior mudança de paradigma tecnológico desde o início do século XXI. Com isso, a evasão de empresas e o deslocamento de linhas produtivas tem cada vez mais comprometido o futuro industrial da Região. Isso impacta no mercado de trabalho, nos vínculos empregatícios que mudaram do setor da indústria para o setor de serviços, que já foram evidenciadas na seção anterior. Conseqüentemente, os salários dos trabalhadores da Região têm diminuído, contribuindo com o encolhimento do protagonismo econômico das famílias da Região do Grande ABC. Yamauchi et al. (2024) observaram a perda real dos salários nos valores deflacionados a preços de 2017. Os autores, ao compararem os valores de 2023 e de 2009, observaram que houve uma queda no valor dos salários de -41,13%. Contudo, ainda na visão dos autores, não se pode afirmar precisamente de quais setores da produção essas quedas salariais vieram ou se foram em todos os anos.

Yamauchi et al. (2024), com base nos dados da Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC (INPES, 2018), também observaram mais dois aspectos: 1) a questão da composição da renda familiar; 2) a suficiência da renda e; 3) o grau de comprometimento dela, conforme podem ser observados nas Tabelas 3, 4 e 5.

Tabela 3 – Composição da renda familiar da Região do Grande ABC entre 2009 e 2017

Proporção da renda (%)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
proveniente do trabalho	66,6	65,2	67,0	68,0	65,0	67,9	70,1	72,0	70,4
proveniente de transf. governam. [1]	24,1	26,1	25,1	24,8	26,8	24,5	22,2	28,0	20,3
proveniente de outras fontes [2]	9,3	8,7	7,9	7,2	8,2	7,6	7,7	-	9,3

[1] inclui: aposentadoria, pensão, seguro-desemprego, bolsa família, etc.

[2] inclui: rendimento de aplicações financeiras, aluguel, pensão alimentícia, previdência privada, segunda atividade ou emprego informal, etc.

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS, 2018.

De acordo com os dados da Tabela 3, os autores analisaram que, para a maioria das famílias, a renda é proveniente do trabalho formal. Embora com oscilações, uma média de 25,2% das famílias dependeu das transferências governamentais entre os anos de 2009 e 2014. Ressalte-se que nesse mesmo período as políticas expansionistas de distribuição de renda estiveram vigentes no Brasil. Ainda, o percentual máximo de famílias dependentes no Grande ABC foi no ano de 2016, justamente no ano em que a crise político-econômica brasileira atingiu o seu auge com o impeachment de Dilma Rousseff, presidente do país. Em contrapartida, embora também com oscilações, a renda proveniente de outras fontes das famílias em 2017 voltou ao mesmo cenário de 2009, isso demonstra a dificuldade das famílias em manterem o seu modo de vida apenas com o emprego formal, tendo que buscar outras fontes de renda, como é o caso de um segundo emprego (informal e/ou precarizado), aluguéis de casa ou de apartamentos adquiridos para tal finalidade, pensão alimentícia ou previdência privada utilizadas como forma de complementar a renda. Se considerarmos a pandemia da Covid-19 de 2020, o grau de dependência das famílias de programas de transferência do governo aumentou, conforme foi apontado por Cardoso et al. (2021).

Em termos de suficiência da renda, para a maioria da amostra das famílias, cerca de 70,7% das famílias, a renda esteve suficiente para aproximadamente 70,7% das famílias em 2017. Contudo, para 29,3% da amostragem das famílias a renda não foi o suficiente. Contudo, se considerarmos os efeitos que a Pandemia da Covid-19 trouxe - como, por exemplo, a queda nos salários, o aumento do desemprego e a inflação pela falta de produtos e insumos, há uma piora na situação econômica das famílias do Grande ABC. Além disso, sem contar que esses efeitos se mostram dramáticos para as famílias mais vulneráveis socialmente, principalmente quando boa parte da renda está comprometida com as despesas básicas da família, conforme na Tabela 4.

Tabela 4 – Destino dos gastos da Renda das Famílias da Região do Grande ABC, entre os anos de 2009 e 2017

Comprometimento da renda com...	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alimentação	18,6	18,6	18,2	19,1	21,2	21,3	23,1	23,6	23,6
Higiene Pessoal / Limpeza	4,7	4,5	4,7	4,8	4,8	4,2	4,6	4,3	4,7
Transporte	6,6	6,1	6,5	6,1	6,2	6,3	6,6	6,9	6,8
Educação	2,9	3,2	3,6	3,1	3,3	2,9	2,6	3,4	2,6
Habitação	15,8	13,4	14,3	14,5	14,2	13,5	15,6	15,9	16,4
Serviços relacionados à comunicação	5,3	5,0	4,7	4,9	4,8	4,5	4,5	4,1	4,4
Convênio Médico / Plano de Saúde	3,2	4,4	3,9	3,9	4,4	4,4	3,9	3,2	3,4
Outros gastos - Saúde	2,8	2,8	2,5	2,7	2,5	2,4	2,4	2,0	2,1
Vestuário	2,5	2,6	2,6	2,9	2,6	2,0	2,0	1,8	1,8
Lazer / Cultura	1,7	2,1	2,3	2,4	2,1	1,5	2,1	1,7	1,7
Gastos totais da renda	64,1	62,9	63,3	64,4	66,3	62,8	67,2	66,9	67,3

Fonte: Pesquisa Socioeconômica do Grande ABC - INPES/USCS, 2018.

Para se ter uma ideia sobre a composição de classes na Região, 31,1% são da classe "B", a maioria da população 54,2% são da classe "C", 10,9% são das classes "D" e "E" (INPES/USCS, 2018). Ao considerarmos a Tabela 4, a maior parte dos gastos das famílias da Região do Grande ABC está relacionada com a alimentação, a moradia, o transporte e higiene pessoal / limpeza. A inflação dos produtos ligados à alimentação tem grande peso na rendas das famílias de classe média (classe "C"), mas principalmente nas famílias de baixa renda (classe "D" e "E"). Ao mesmo tempo, os dados de gastos em educação e em convênio médico / planos de saúde, oscilaram – isto é, quando as condições estão favoráveis, as famílias tendem a buscar os serviços privados e em momentos de crise, as famílias cancelam esses serviços e voltam ao sistema público de educação e de saúde. Em relação às finanças públicas, Yamauchi (2024) aponta que o grau de dependência no Fundo de Participação dos Municípios da Região tem aumentado, conforme a Tabela 5:

Tabela 5 – Transferências do Fundo de Participação dos Municípios para os sete municípios da Região do Grande ABC, entre os anos de 2010 e 2020 (valores reais - IPCA)

Transferência	FPM - Fundo de Participação dos Municípios	Apoio/Auxílio Financeiro aos Estados Municípios e DF
2010	400.204.256	6.680.393
2011	472.460.188	-
2012	452.894.701	-
2013	468.448.939	11.879.035
2014	477.610.014	11.248.586
2015	463.658.944	-
2016	495.264.654	-
2017	464.903.865	-
2018	477.842.278	11.662.442
2019	498.716.754	-
2020	461.022.318	64.429.182

Fonte: Yamauchi (2024, p. 165).

Conforme a Tabela 5, os valores acima apresentaram oscilações, o fundo de participação dos municípios aumentou (em função dos dados demográficos de aumento populacional) – indicando um aumento no custeio dos serviços públicos. Desta série, destaca-se os anos de 2019, 2018 e 2016, cujos valores de custeios foram os maiores. O ano de 2010, mostra que embora tenha o menor número de custeio da série, também recebeu ajuda federal por motivos da Pandemia de H1N1, que ocorreu entre os anos de 2009 e 2010. Já o “Apoio/Auxílio Financeiro aos Estados Municípios e DF”, como o próprio nome diz, é somente acionado em momentos em que o município passa por dificuldades, o que coincide com os anos em que houve crise econômica em decorrência de crises políticas, em destaque o ano de 2020 – por motivos da Pandemia da Covid-19.

As moradias ofertadas pelo mercado privado não são acessíveis para os estratos de mais baixa renda, pois não possuem condições de garantia para a aprovação do crédito imobiliário, assim dependem de políticas públicas federais de financiamento de habitação. A falta de habitações sociais, ou a queda de investimentos municipais em prol da construções delas, também tem conduzido à insustentabilidade urbana. Conforme o relatório do CIGABC (2016), os problemas sociais e econômicos persistem na Região do Grande ABC e vêm ganhando novas dimensões, como é o caso do aumento do número de assentamentos precários (loteamentos irregulares e favelas). Se recuperarmos o Quadro 1 e usarmos como referência as Tabelas 3 e 4, logo conclui-se que a renda das famílias da Região já está bem comprometida ou impõe dificuldade no acesso à moradia e queda no poder de compra. Diante disso, muitas pessoas e famílias com trabalho precarizado ou desempregadas, incapazes de custear uma moradia, acabam se instalando em ocupações precárias, avançando sobre áreas que se tornaram objeto de disputa e de conflitos envolvendo, inclusive, movimentos em luta por moradia, como antigas áreas industriais ociosas (GARCIA, 2021).

Esses episódios expressam a contradição existente entre os projetos de intervenção urbana em antigas áreas industriais, ou outras áreas abandonadas, e as necessidades sociais, sob a política neoliberal de produção do espaço urbano. Além disso, a exploração do mercado, sem estratégia territorial por parte de uma política de Estado, vem tornando as questões econômicas e sociais do

Grande ABC insustentáveis, pois, como se pode observar, não têm atendido às reais necessidades da população.

Por fim, existe o aspecto da insustentabilidade política e civil, no que tange à interação entre os atores sociais, que foi se deteriorando a partir de 2002. Os contatos entre os atores ficaram difíceis, os conflitos se ampliaram, abrindo espaço ao protagonismo dos ciclos políticos, que passaram a exercer cada vez mais peso, anulando as participações da sociedade civil. O problema da reestruturação produtiva é de ordem global, mas requer esforços locais e regionais por meio de uma interação conjunta entre os atores sociais e de planos estratégicos territoriais, exigindo melhor relacionamento entre as secretarias municipais e novos desenhos de parcerias público-privadas. Como a arquitetura institucional regional se mantém muito presa aos ciclos políticos ou fiel ao favorecimento de velhas parcerias político-institucionais, sem incluir novos atores sociais ou até mesmo membros da sociedade, a Região vem colhendo frutos relacionados à industrialização do passado, bem como semeando no presente e para o futuro a insustentabilidade, relacionada à desindustrialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação produtiva, a globalização e as políticas neoliberais produziram vários efeitos na Região do Grande ABC. Dessa forma, surgindo galpões sem função social, elevação da taxa de desemprego, decréscimo econômico, queda na renda familiar, entre outros, assim, acentuando problemas econômicos, urbanos e sociais a partir do fechamento de empresas. Constituindo-se como um dos graves problemas do Grande ABC e como desafios a serem enfrentados pelos atores locais, lembramos que essas transformações ocorreram e vêm ocorrendo em várias outras partes do mundo, como na Região Metropolitana de Paris, na Região da Grande Milão, na Região do Vale do Ruhr, entre outras. O caso brasileiro da Região do Grande ABC revela as novas dimensões que a insustentabilidade pode atingir no contexto da reestruturação produtiva, considerando, ainda, o fato de que o processo de industrialização foi incompleto e deixou um legado de condições insuficientes e precárias que permaneceram na metrópole contemporânea. Dessa forma, somam-se processos que foram acompanhados de imobilidade urbana, de desigualdade econômica e social, reforçando e ampliando os antigos problemas da urbanização devido à indústria. Como não há um pensamento estratégico, por parte do poder público, vinculado de forma multiescalar (municipal, regional, metropolitano, estadual e nacional), nem melhoria real na relação entre os atores sociais, no avanço das ideias e projetos neoliberais, as injustiças socioeconômicas e territoriais tendem a continuar.

Constatou-se, nas últimas décadas, a insustentabilidade por meio da análise de diversos eixos: econômico, social, urbano (com especial atenção à mobilidade urbana, que estrangula o crescimento econômico e social da Região) no Grande ABC, cujos dados demonstram o drama e a fragilidade regional. Além disso, esses resultados escancaram antigos problemas, que, aliados à falta de construção de novos eixos ou setores de desenvolvimento, podem comprometer o futuro industrial da região.

Sob o ponto de vista social, houve avanços nas discussões das propostas para a Região, como a introdução do orçamento participativo, a criação do Consórcio Intermunicipal, a criação da Agência de Desenvolvimento Econômico, com a participação de diversos atores de diversas esferas (pública, privada, universidades, sindicatos entre outros) durante a década de 1990. Esse conjunto de avanços traduziu-se num árduo esforço conjunto na manutenção das indústrias na Região. Contudo, o Plano de Mobilidade Regional e Municipais têm se mostrado insuficientes para redesenvolver a Região, principalmente pelas faltas de integração entre eles e de uma estratégia pública, o que fragiliza a Região para novos investimentos, pois não há facilitação na circulação de insumos, pessoas e mercadorias dentro e entre as cidades. Assim, os velhos problemas sociais, advindos do crescimento desigual - como a falta de moradia, condições de vida precária, problemas de mobilidade urbana -, ganharam novas dimensões e desafios na esfera da gestão pública urbana, como é o caso das obras de intervenção urbana em áreas industriais ociosas executadas sem estratégia econômica, social e territorial, e de mobilidade urbana, que privilegia o transporte particular individual motorizado.

Em tempos recentes, no início do século XXI, não há exemplos no Grande ABC de planejamento de desenvolvimento estratégico econômico, social, urbano e territorial das sete cidades. A Região tem encontrado dificuldades de se reinventar, seja pela atração de novos setores da indústria (principalmente da indústria verde, criativa, saúde, tecnologia, entre outros), pelo estímulo ao acesso democrático ao espaço público ou de práticas ambientais sustentáveis, com a concepção de projetos de energia limpa, de espaços verdes, de parques para o lazer, ou contemplando outras atividades afins ao cumprimento da função social das cidades, proporcionando melhor qualidade de vida aos seus cidadãos e para as gerações futuras.

O modelo de industrialização brasileira concebido entre 1930-1980 foi e continua sendo importante para o desenvolvimento do país. Entretanto, o processo de reestruturação produtiva, que, somado às características específicas dos países periféricos dependentes, como o Brasil, principalmente após a restrição imposta de acesso à tecnologia dos países centrais aos países periféricos, requer enfrentamento conceitual e prático, que envolve ações inovativas, “fora da caixa” dos posicionamentos tradicionais. Ou seja, é necessário escapar da lógica com a qual têm sido enfrentadas essas questões.

A participação de membros da sociedade civil permitiria minimizar e reduzir as perdas com rupturas de processos, melhorar a elaboração e execução de projetos, independente do ciclo eleitoral. Assim, a população poderia acompanhar o seu andamento (principalmente dos projetos de longo prazo), cobrando de todas as esferas suas obrigações e promessas. Por fim, o olhar da população possibilitaria vislumbrar um horizonte mais amplo do que aquele imposto pelos interesses imobiliários ou daqueles que se fundamentam apenas no estímulo ao consumo, reivindicando, assim, um território mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAMPBELL, Scott. "Green cities, growing cities, just cities? Urban planning and the contradictions of sustainable development". **Journal of the American Planning Association**, v. 62, n. 3, 1996, p. 296-312.

CARDOSO, Débora F. C., DOMINGUES, Edson C., MAGALHÃES, Aline C., SIMONATO, Thiago C.; MIYAJIMA, Diego. C. "Pandemia de COVID-19 e famílias: impactos da crise e da renda básica emergencial". **Repositório do Conhecimento do IPEA**. São Paulo: IPEA, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10820>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. da. **Quando o apito da fábrica silencia: atores sociais diante da reestruturação do parque industrial da Região do ABC**. 338 p. (Tese de Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas em Sociologia. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. **Plano Regional de Mobilidade do ABC**. Plano de investimentos em Mobilidade Urbana na região do Grande ABC. Região do Grande ABC: 2013.

_____. **Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC - Relatório Final**. Santo André, set., 2016. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Rosana_Denaldi/publication/308200777_Diagnostico_Habitacional_do_Grande_ABC/links/57dd27a208ae72d72ea9896f.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). **Mapa da Região Metropolitana de São Paulo**. Disponível em: < <https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FERREIRA, Josué. C. **As alterações na estrutura industrial de Santo André (1975 – 2013)**. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

FURTADO, Rafael A.; DAMASCENO NETO, Renir R.; ANJOS, Vinícius Costa dos. "Imobilidade urbana: uma análise sobre a complexidade do deslocamento nos grandes centros". **Repositório do NEPET-UFCS**, 2014. Disponível em: <<https://nepet.ufsc.br/artigos.php?p=0>>. Acesso em: 21 out. 2024.

GARCIA, George. **Diadema diz que invasão foi surpresa e tenta evitar choque entre movimentos**. In: Repórter Diário, Cidades, 18 ago. 2021. Disponível em: < <https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2996567/diadema-diz-que-invasao-foi-surpresa-e-tenta-evitar-choque-entre-movimentos/>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Instituto de Pesquisa da USCS - INPES. **Pesquisa Socioeconômica da região do ABC**. 2018. Disponível em: <<https://www.uscs.edu.br/index.php/servicos/inpes#esc>>. Acesso em 10 fev. 2023.

KLINK, Jeroen J. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

KLINK, Jeroen J. "Planejamento, estratégia local e complexidade: uma reinterpretação do legado do projeto Eixo Tamanduatehy (Santo André)". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, p. 119, 2011. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/288>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MARQUES, Rosa M.; REGO, José M. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORO JÚNIOR, Enio **A redenção inexistente nos planos urbanísticos municipais**: o caso do Projeto Eixo Tamanduatehy. Annablume, 2007.

OLIVEIRA, Henry dos S. **A (des)construção de uma nova centralidade**: Cidade Tognato em São Bernardo do Campo. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

PALLAGST, Karina; WIECHMANN, Thorsten; MARTINEZ-FERNANDEZ, Cristina. **Shrinking cities**: international perspectives and policy implications. New York: Routledge, 2014.

ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Alavaro L. D. S.; MOREIRA, Fernanda A.; ROYER, Luciana D. O.; IACOVINI, Rodrigo F. G.; NISIDA, Victor C. "O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação". **Cadernos Metrôpole**, 17, 127-154, 2015.

RUFINO, Beatriz. A expansão da "habitação econômica" como fronteira da financeirização do imobiliário na Região Metropolitana de São Paulo. *In*: HIDALGO, R., et al. **Vivienda y Ciudad para todos**: la utopía neoliberal en tensión. Experiencias de México, Colombia, Ecuador, Chile, 212 Argentina y Brasil. 1a. ed. Santiago de Chile: Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 2020. p. 64-89.

SAKATA, Margarida N. "Novos instrumentos de gestão urbana e regional: Santo André e o caso do projeto eixo Tamanduatehy". Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 1, n. 25, p. 186-199, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/posfau/article/view/43615/47237>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SAMPAIO, Vitória. **A mobilidade urbana no Grande ABC entre 1997 e 2017: os desafios, os problemas e as experiências.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas, São Paulo, 2024.

SOUZA, Cássia S. **Sustentabilidade urbana: conceitualização e aplicabilidade** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São João del Rei, Ouro Branco, 2016.

SOTTO, Débora; RIBEIRO, Djonathan G.; ABIKO, Alex K.; SAMPAIO, Carlos A. C.; NAVAS, Carlos A.; MARINS, Karin R. D. C.; SOBRAL, Maria C. M.; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; BUCKERIDGE, Marcos S. "Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação".

Estudos Avançados, 33, 2019, p. 61-80. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/zxSGtbCVxzKVSfZnGs3DWct/?lang=pt>>. Acesso em: 27 jan. 2024.

TEIXEIRA, Aparecida N. "A produção do espaço público no projeto urbano Eixo Tamanduatehy (Santo André, SP)". *In: Arquitectos*, 122.04, ano 11, n. 122,04 jul., p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.122/3483>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

TOURINHO, Andréa de O.; YAMAUCHI, Gisele. "Áreas degradadas e processos de requalificação: a experiência do Grande ABC na busca de uma nova centralidade regional". *In: Anais do XV SHCU*. Rio de Janeiro, set., 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/83014-areas-industriais-degradadas-e-processos-de-requalificacao--a-experiencia-do-grande-abc-na-busca-de-uma-nova-centr>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

YAMAUCHI, Gisele. **Esvaziamento industrial, financeirização e território no Grande ABC Paulista à luz das Shrinking Cities.** (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade São Judas, São Paulo, 2024.

YAMAUCHI, Gisele. **A Indústria foi embora, e agora?** As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade São Judas, São Paulo, 2020.

_____; TOURINHO, Andréa de O. "A inexistência de uma visão estratégica sobre a indústria: áreas industriais ociosas e plano diretor no Grande ABC". *In: Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Belém do Pará, UFPA, 2023. Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-xxenapur/sessoes-tematicas-sts/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

YAMAUCHI, Gisele; REIS, Cristina Frões de Borja; TOURINHO, Andréa de Oliveira. "La pérdida de valor de la industria automotora ABC Paulista". **Papeles de Europa**, v. 36, n. 1, p. 1-16, 2023. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8961861>>. Acesso em 01 ago. 2023.

YAMAUCHI, Gisele; SAMPAIO, Vitória; SÍGOLO, Letícia M; TOURINHO, Andréa de Oliveira.
Dinâmicas urbanas sob a tríade indústria, habitação e mobilidade no Grande ABC, 1950-2022".
In: Anais XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Belém do Pará, UFPA, 2023.
Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-xxenapur/sessoes-tematicas-sts/>>. Acesso em: 17
out. 2023.